



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

07 novembro 25

Edição nº 456

Página 1 de 18

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais.....	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	12
ADMINISTRAÇÃO Portarias.....	13
ADMINISTRAÇÃO Convocações	16
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo	17

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Leis Municipais****LEI Nº 2.410 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025**

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Jarinu (SP), para o exercício de 2026 e dá outras providências.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município de Jarinu-SP, para o exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 165, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I - O orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

Art. 2º. A receita total estimada nos Orçamento Fiscal e Seguridade Social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 355.000.000,00 (Trezentos e Cinquenta e Cinco Milhões de Reais), conforme quadro I demonstrado em anexo.

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 261.591.718,52 (Duzentos e Sessenta e Um Milhões, Quinhentos e Noventa e Um Mil, Setecentos e Dezoito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 93.408.281,48 (Noventa e Três Milhões, Quatrocentos e Oito Mil, Duzentos e Oitenta e Um Reais e Quarenta e Oito Centavos).

Parágrafo Único. A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente Municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II - Orçamento da Receita.

RECEITAS CORRENTES

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	94.378.000,00
Receita de Contribuições	3.978.000,00
Receita Patrimonial	7.857.000,00
Receita de Serviços	153.000,00
Transferências Correntes	295.770.000,00

Outras Receitas Correntes	1.450.000,00
Deduções da Receita Corrente	(48.830.000,00)

RECEITAS DE CAPITAL

Alienação de Bens.....	243.000,00
Operação de Crédito.....	00,00
Transferências de Capital.....	1.000,00
TOTAL DA RECEITA.....	355.000.000,00

Art. 3º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

01 - Legislativo.....	10.617.650,00
01 – Executivo.....	344.382.350,00
TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO	R\$ 355.000.000,00

POR UNIDADES

01 - Câmara Municipal	10.617.650,00
01 - Secretaria Municipal de Governo e Planejamento	2.836.000,00
02 - Secretaria Municipal de Administração	6.755.000,00
03 - Secretaria Municipal de Finanças	44.669.056,19
04 - Secretaria Municipal de Educação	105.870.128,81
05 - Secretaria Municipal de Mobilidade e Planejamento Viário	10.278.353,36
06 - Secretaria Municipal de Saúde	81.122.375,08
07 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	12.285.906,38
08 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	17.765.353,13
09 - Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos	36.391.241,86
10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	5.270.156,17
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2.271.252,64
12 - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	3.056.898,07



13 - Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais 250.633,00

14 - Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança Pública 6.133.604,10

15 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer 8.970.519,20

16 – Ouvidoria 45.304,00

17 - Controladoria Interna 410.568,00

TOTAL DA DESPESA POR UNIDADE..... R\$ 355.000.000,00

POR FUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

01 – Legislativa 10.617.650,00

02 – Judiciaria 3.021.934,07

04 – Administração 24.030.543,67

06 – Segurança Publica 8.387.906,66

12 – Educação 105.678.128,81

13 – Cultura 3.329.810,78

14 – Direitos da Cidadania 541.927,00

15 – Urbanismo 49.993.819,98

18 – Gestão Ambiental 2.238.562,67

19 – Ciência e Tecnologia 240.000,00

20 – Agricultura 3.031.593,50

23 – Comércio e Serviços 2.271.252,64

24 – Comunicações 250.633,00

25 – Energia 4.002.150,00

26 – Transporte 7.562.391,80

27 - Desporto e Lazer 5.632.708,44

28 - Encargos Especiais 30.010.705,53

99 - Reserva de Contingência 750.000,00

Total do Orçamento Fiscal R\$ 261.591.718,52

b) Orçamento da Seguridade Social

08 - Assistência Social 12.285.906,39

10 – Saúde 81.122.375,09

Total do Orçamento da Seguridade Social R\$ 93.408.281,48

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO R\$ 355.000.000,00

POR SUBFUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

031 - Ação Legislativa 3.707.668,00

061 - Ação Judiciária 951.802,52

092 - Representação Judicial e Extrajudicial 2.070.131,55

122 - Administração Geral. 16.072.001,00

123 - Administração Financeira 13.908.350,67

124 - Controle Interno 823.549,00

126 - Tecnologia da Informação 240.000,00

131 – Comunicação Social 250.633,00

181 - Policiamento 8.387.906,66

182 - Defesa Civil 461.659,00

306 - Alimentação e Nutrição 3.712.780,00

334 – Fomento ao Trabalho 2.271.252,64

361 - Ensino Fundamental 64.025.220,36

362 - Ensino Médio 63.000,00

364 - Ensino Superior 1.109.325,00

365 - Educação Infantil 36.767.803,44

392 - Difusão Cultura I..... 3.329.810,78

422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 80.268,00

451 - Infraestrutura Urbana. 17.603.653,13

452 - Serviços Urbanos 32.550.791,86

542 - Controle Ambiental 2.238.562,67

606 - Extensão Rural 22.800,00

608 - Promoção da Produção Agropecuária 796.162,30

609 - Defesa Agropecuária 2.188.631,20

695 - Turismo 1.284.425,00

751 - Conservação de Energia 4.002.150,00

782 – Transporte Rodoviário 7.562.391,80

813 - Desporto e Lazer 4.348.283,43



843 - Serviço da Dívida Interna 30.010.705,53
999 - Reserva de Contingência 750.000,00
Total do Orçamento Fiscal R\$ 261.591.718,53

b) Orçamento da Seguridade Social

241 - Assistência para o Idoso 81.258,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência 735.651,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 2.879.883,51
244 - Assistência Comunitária 8.589.113,88
301 - Atenção Básica 77.647.906,08
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 2.115.100,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico 220.000,00
304 - Vigilância Sanitária 8.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica 1.131.369,00
Total do Orçamento da Seguridade Social
..... R\$ 93.408.281,47

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO
..... R\$ 355.000.000,00

POR NATUREZA DA DESPESA

I – GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

3 – Despesas Correntes

3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 140.524.673,28
3.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 13.259.574,83
3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 161.076.105,76

4 – Despesas de Capital

4.4 - INVESTIMENTOS 22.638.515,43
4.6 - AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA
..... 16.751.130,70

9 – Reserva de Contingência

9.9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 750.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO
..... R\$ 355.000.000,00

Art. 4º. Os anexos que integram esta Lei, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendem as seguintes discriminações:

I- Demonstração da receita e despesa – Segundo as categorias econômicas;

II- Quadro do detalhamento da despesa segundo a estrutura da natureza da despesa – por Órgão e Unidade;

III- Orçamento da Receita;

IV- Orçamento da Receita – Fonte Tesouro;

V- Orçamento da Receita – Fonte Estadual;

VI- Orçamento da Receita – Fonte Federal;

VII- Orçamento da Receita – Operação de Crédito;

VIII- Natureza da Despesa – Por Órgão e Unidade;

IX- Quadro resumido agrupado por Órgão segundo a Natureza da Despesa;

X- Programa de Trabalho – Por Órgão e Unidade;

XI- Consolidado por Programa de Trabalho;

XII- Demonstrativo de Funções, Sub Funções e Programas – Por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

XIII- Demonstrativo de Funções, Sub Funções e Programas – Conforme Vínculo com os Recursos;

XIV- Demonstrativo da Despesa por Órgão e Função;

XV- Quadro de Detalhamento da Despesa (Q.D.D);

XVI- Comparativo das Peças de Planejamento PPA, LDO, LOA.

Art. 5º. Os Demonstrativos da despesa por função que integram esta Lei, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendem as seguintes discriminações:

I- Demonstrativo da Despesa por Função e Esfera – Órgão;

II- Demonstrativo da Despesa por Função e Esfera – Unidade;

III- Demonstrativo da Despesa por Função e Esfera – Programa;

IV- Demonstrativo da Despesa por Função e Esfera – Função;

V- Demonstrativo da Despesa por Função e Esfera – Sub Função.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I- A abrir no curso da execução orçamentária de 2026, créditos adicionais até o limite de 10% (Dez por cento) da despesa total fixada por esta Lei, estando contida neste percentual reserva idêntica para o legislativo;

II- A utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de



contingência, nas situações previstas no artigo 5º, Inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001 atualizada;

III- Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV- Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V- A abrir no curso da execução do orçamento de 2026, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas à fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;

VI- Realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 20% (vinte por cento) sobre a receita a realizar, e nas condições estabelecidas em resolução do senado Federal;

Parágrafo Único. Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Art. 7º. As despesas de capital constantes desta Lei, quando envolverem contratos cuja execução seja de vigência plurianual, ocorrerão por conta de orçamento futuro.

Art. 8º. A entrega de recursos financeiros à Câmara Municipal, para atendimento ao disposto no inciso III do § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal, será realizada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total das despesas destinadas ao Legislativo, até o dia 20 de cada mês;

Art. 9º. Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

Os anexos referentes a esta lei encontram-se no Portal da

Transparência da Prefeitura Municipal de Jarinu, podendo ser acessados pelo link <https://jarinu.sp.gov.br/publicacoes/audiencia-publica/loa>

LEI Nº 2.411 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 25.575,53 (Vinte e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Três Centavos), conforme descrição abaixo.

02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL 02.07.02 Fundo Social de Solidariedade

Aplicação 500.0046

Fonte 02

33.90.36.00.0000 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física25.575,53

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através de excesso de arrecadação, Fundo Social de Solidariedade, Recurso Estadual.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

LEI Nº 2.412 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Anulação de Dotação

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme descrição abaixo.

02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL 02.07.01 Fundo Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



Aplicação 500.0037

Fonte 05

33.90.30.00.0000 Material de Consumo 10.000,00

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL 02.07.01 Fundo Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Aplicação 500.0037

Fonte 05

44.90.52.00.0000 Equipamento e Material Permanente (F-3862)..... 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

LEI Nº 2.413 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), conforme descrição abaixo.

02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 02.06.01 Fundo Municipal de Saúde

Aplicação 300.0106

33.90.30.00.0000 Material de Consumo 100.000,00

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através de excesso de arrecadação, saúde estadual, Emenda 2025-02566512 - SS 96/2025 Conte Lopes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

LEI Nº 2.414 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

“Institui o Programa Dignidade Menstrual para as adolescentes em idade escolar no Município de Jarinu, e dá outras providências”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros produtos para os cuidados básicos de saúde menstrual.

Art. 2º É instituído o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que constitui estratégia para promoção da saúde e atenção à higiene e possui os seguintes objetivos:

I - combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação feminina, ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição;

II - oferecer garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolver meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º. São beneficiárias do Programa instituído por esta Lei:

I - estudantes adolescentes matriculadas em escolas da rede pública de ensino;

II - mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema;

§1º Os critérios de quantidade e a forma da oferta gratuita de absorventes e outros itens necessários à implementação do Programa serão definidos em regulamento.

§2º Os recursos financeiros para o atendimento das beneficiárias de que trata o inciso III do caput deste artigo serão disponibilizados pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º. O Programa instituído por esta Lei será implementado de forma integrada entre as secretarias de assistência social, saúde e de educação.

Parágrafo Único. O Poder Público promoverá campanha informativa sobre a saúde menstrual e as suas consequências para a saúde da mulher.



CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 5º. O Poder Público adotará as ações e as medidas necessárias para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos às beneficiárias de que trata o art. 3º desta Lei e, no âmbito do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, os absorventes higiênicos femininos feitos com materiais sustentáveis terão preferência de aquisição, em igualdade de condições, como critério de desempate, pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pelo certame licitatório.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ARELI FORMAGGIO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

LEI COMPLEMENTAR Nº 240 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a Regularização de Edificações; desdobro e/ou desmembramento em desacordo com a legislação vigente, porém já consolidadas, e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica à Prefeitura Municipal de Jarinu, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, autorizada a proceder a Regularização de Edificações Irregulares ou Clandestinas, concluídas e/ou inacabada, que tenha atingido 100% (cem por cento) da cobertura, já ocupadas ou não por seus proprietários e/ou compromissários, edificadas em desacordo com as legislações municipais vigentes, em especial as Leis Municipais Complementares nº 200/2020 – Plano Diretor e nº 201/2020 – Parcelamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, de 21 de outubro de 2.020, e as Leis Municipais nº 1.209 de 14 de novembro de 1.991, n.º 2076 de 20 de dezembro de 2018; e ainda o Código Sanitário do Estado de São Paulo, desde que a situação a ser regularizada seja comprovadamente anterior à data de promulgação desta lei, apresentem as condições mínimas de habitabilidade, segurança, estabilidade e higiene, e que se enquadrem nas disposições desta Lei Complementar.

§1º No caso de já existirem áreas construídas devidamente averbadas perante o Oficial de Registro de Imóveis, os projetos de regularização deverão indicar estas áreas como averbadas, bem como mencionar o número da averbação e matrícula do imóvel; nos casos que as áreas construídas

citadas na matrícula não tiverem em suas averbações número de processo aprovado e habite-se emitido pela Prefeitura Municipal de Jarinu, a mesma deverá ser regularizada.

§2º A regularização de edificações, de que trata a presente Lei, não exime o interessado da observância da Legislação Estadual e Federal pertinente, em especial no que se refere aos ditames que assegurem a acessibilidade.

§3º Perderá o direito desta Lei o requerente que deixar de atender às notificações de “comunique-se” emitidas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, de forma objetiva e não protelatória, no prazo de 60 (setenta) dias, podendo o processo ser arquivado, após ter o seu ISSQN emitido.

§4º Na hipótese de o processo ser arquivado com base no “caput”, o interessado poderá ingressar com pedido de desarquivamento com a devida justificativa.

Art. 2º. Para efeitos da Regularização que se trata esta Lei, considera-se:

I - Construções, ampliações ou reformas irregulares: aquela cuja licença (alvará de execução de obras) foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - Construção, ampliações ou reformadas clandestinas: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projeto aprovado e sem a correspondente licença (alvará de execução de obras);

Art. 3º. São excluídas dos benefícios desta Lei Complementar as edificações ou parte de edificações que:

I - Estejam localizadas em área públicas invadidas, terrenos públicos ou que avancem sobre logradouros públicos ou ainda que adentrem terrenos de propriedades de terceiros;

II - Estejam situadas em Área de Preservação Permanente – APP;

III - Não respeitem a legislação municipal ou estadual de proteção ao meio ambiente, no caso de atividades não residenciais e residenciais;

IV - Invadam áreas de domínio e/ou Faixa “Não Edificante” das Rodovias, Ferrovias, Hidrovias, oleodutos, gasodutos e linha de transmissão de energia elétrica, e também as faixas de servidão de passagem existente nos terrenos destinadas para Rede de drenagem, Rede de Esgoto, ou outros melhoramentos públicos (Vielas);

V - Estejam situadas em áreas tombadas, preservadas e não atendam às normas emanadas dos órgãos competentes;

VI - Não atendam às disposições sobre aplicação de normas de proteção e combate a incêndio;

VII - Estejam situadas em áreas de risco;



VIII - Estejam situadas em Loteamentos Clandestinos.

Art. 4º. Poderão ser regularizadas, com exceção do que consta no artigo 2º desta Lei, as edificações que apresentem as seguintes irregularidades:

I - As desconformidades com relação aos índices urbanísticos, sendo eles, Taxa de Ocupação (T.O), Coeficiente de Aproveitamento (C.A), Taxa de Permeabilidade, e os parâmetros de implantação, como recuos Frontais, Laterais e de Fundos;

II - Edificações em desacordo com as restrições urbanísticas disposta no contrato padrão do loteamento, as quais tenham sido ou não averbadas na matrícula de registro de imóveis, nos casos dos loteamentos com controle de acesso e/ou condomínios que possuam, em sua associação de moradores, equipe técnica responsável pela análise dos projetos, deverão obter aprovação prévia da referida associação, a qual constitui condicionante para a aprovação junto do Município.

III - Insuficiência de vagas para veículos;

IV - As edificações não residenciais que apresentem usos em desacordo com o estabelecido na Lei de Parcelamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo poderão ser admitidas, desde que seja comprovado, por meio do REPALIV – Relatório Prévio de Análise de Impacto e Incômodo da Vizinhança, elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART e/ou RRT devidamente quitada, que a atividade exercida não causa impacto negativo à vizinhança. Caso sejam identificados impactos negativos, estes deverão ser devidamente mitigados.

V - As edificações situadas em áreas riscos, desde que seja apresentado Projeto e Execução de contenção de talude e não esteja em Área de Proteção Permanente (APP) ou área pública.

Art. 5º. As Regularizações das Edificações de que trata esta Lei Complementar, que tenham invadido o Recuo Frontal, somente serão aprovados se o proprietário renunciar, mediante Declaração de Renúncia, a toda e qualquer indenização perante a Prefeitura Municipal de Jarinu, referente a tais partes da construção, comprometendo-se, inclusive, quanto necessário e requerido por esta, a efetuar a sua demolição, sem ônus para esta municipalidade.

Art. 6º. Serão passíveis de aprovação e regularização os projetos de desdobro e/ou desmembramentos já consolidados com área edificada existente localizados em loteamentos urbanos devidamente registrados junto ao Registro de Imóveis e aprovados nesta Prefeitura, atendendo as seguintes condições:

I - O requerimento seja acompanhado de certidão atualizada do Registro de Imóveis, para constatação da situação fática do imóvel objeto do pedido e sua titularidade;

II - Que no mínimo 50 % (cinquenta por cento) dos lotes resultantes dos desdobros e/ou desmembramentos exista construções, as quais deverão ser regularizadas.

III - Que apresentem concomitantemente os projetos de aprovação de Desdobro e/ou Desmembramento de Lote juntamente com o projeto de Regularização das edificações, o qual se aplica apenas aos lotes devidamente registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis e aprovados perante a esta municipalidade;

IV - O Projeto de Desdobro e/ou Desmembramento só será aprovado após a conclusão da Regularização das Edificações, ou seja, após a aprovação das edificações e a emissão do respectivo “Habite-se”;

V - O Projeto de Desdobro e/ou Desmembramento deverá ser apresentado em folha própria, separada da folha para regularização das edificações, porém, podendo ser sequenciada;

VI - Que os lotes resultantes apresentem área mínima de 125,00 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e testada mínima de 5,00 m (cinco metros), nos termos da Lei Federal nº 6.766/79.

VII - Não serão permitidos os desdobros de lotes, previstos nos incisos I a III, que não estejam ocupados por construções/edificações já existentes quando da publicação da presente Lei, observando o disposto artigo 1º, §1º.

VIII - Não serão permitidos desdobros e/ou desmembramentos em lotes localizados em loteamentos onde a restrição urbanística já existente proíba a subdivisão de lotes.

IX - Excetuam-se deste Artigo, os lotes localizados no Macrozoneamento Rural, nos zoneamentos ZUR e ZDE, e também os projetos aprovados com base na Lei Municipal nº 2.076/2018.

X - Os valores a serem aplicados referentes à análise para a aprovação de Desdobro e/ou Desmembramento previstos nesta lei seguirão a tabela contida no Anexo I, e serão cobrados no ato do protocolo do pedido.

XI - Conforme Artigo 39 da Lei Municipal Complementar n.º 201 de 21 de Outubro de 2020, o projeto aprovado de desdobro e/ou desmembramento deverá ser submetido ao Cartório de Registro de Imóveis dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade de sua aprovação.

Art. 7º. A regularização de edificações será feita mediante a apresentação pelo titular, seja ele proprietário, herdeiro ou por seu procurador, dos seguintes documentos:

I - Requerimento padrão (Anexo II), devidamente assinado pelo proprietário do imóvel;

II - Cópia do RG e CPF do proprietário;

III - Cópia da CND – Certidão Negativa de débitos do IPTU;



IV - Cópia do IPTU do exercício vigente;

V - Cópia da Certidão Atualizada da Matrícula do Registro de Imóveis;

VI - Documentos que comprovem a existência da construção anterior à data de publicação da presente Lei, tais como:

a) Conta de água;

b) Conta de energia elétrica;

c) Levantamento aerofotogramétrico oficial;

d) Citação da existência da construção/edificação em escritura pública lavrada antes da publicação da lei ou em título aquisitivo (matrícula);

e) Outros documentos que a Administração venha julgar necessário.

VII - Cópia do título de propriedade do imóvel, ou de qualquer outro documento que identifique a posse ou domínio do mesmo, seja ele de aquisição, cessão, usufruto, autorização, permissão ou concessão do mesmo;

VIII - Cópia da ART e/ou RRT - Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços profissionais específicos: Projeto de Regularização, Desdobro e/ou Desmembramento e Laudo técnico;

IX - Cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB E/OU CLCB), para as edificações de uso comercial e industrial, a ser apresentado no Habite-se;

X - Cópia da Autorização de acesso emitido pelo DER – Departamento de Estrada de Rodagem, para imóveis com acesso direto pela Rodovia Edgard Máximo Zambotto (SP-354);

XI - Laudo Técnico (Anexo III) em uma (01) via digital na extensão PDF, atestando que o imóvel encontra-se em condições satisfatórias de estabilidade, conservação, higiene e salubridade, acompanhada de relatório fotográfico da construção a ser regularizada, sendo obrigatório no mínimo foto da fachada, lateral, fundos, e fotos internas dos cômodos, e devidamente assinadas pelo responsável técnico;

XII - Memorial Descritivo (Anexo IV) em uma (01) via digital na extensão PDF, no mesmo deve contendo avaliação técnica das características físicas, visualmente constatadas, acrescidas de informações construtivas, devidamente assinadas pelo Responsável Técnico e Proprietário do imóvel;

XIII - A Descrição Perimétrica (Anexo V) deve acompanhar o projeto de desdobro e/ou desmembramento em uma (01) via em arquivo digital na extensão PDF, no mesmo deve constar a descrição do lote com as coordenadas UTM's, Rumos ou Azimutes, devidamente assinados pelo Responsável Técnico;

XIV - Declaração de Observância (Anexo VI) em 01 (uma) via digital na extensão PDF e devidamente assinada pelo responsável técnico;

XV - Declaração de Renúncia (Anexo VII) em uma (01) via digital na extensão PDF, devidamente assinado pelo proprietário do imóvel, nos termos do Art. 5º desta Lei Complementar;

XVI - Projeto de Regularização (Anexo VIII) em uma (01) via digital na extensão PDF e DWG, elaborado em escala compatível, conforme norma específica vigente, devidamente assinada pelo proprietário e responsável técnico;

XVII - Projeto de Desdobro e/ou Desmembramento em uma (01) via digital na extensão PDF e DWG, elaborado em escala compatível, georreferenciado contendo coordenadas UTM's, Rumos e/ou Azimutes, e outras informações devidamente assinado pelo proprietário e responsável técnico.

Art. 8º. A regularização de que trata esta Lei não implica no reconhecimento do direito de propriedade, das dimensões e da regularidade do lote, das informações levantadas pelo profissional responsável e, não será responsabilidade de servidores que aprovam os projetos, ou vistoriam as construções sobre quaisquer danos ou prejuízos causados às edificações.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá exigir a execução de obras de adequação e/ou demolição para regularizar as edificações ou parte delas, para garantir à acessibilidade, estabilidade, a segurança, a higiene, e salubridade dos moradores, bem como o fechamento de aberturas de janelas na divisa do terreno com propriedades de terceiros.

Art. 10. Após a aprovação da regularização, a Prefeitura procederá aos lançamentos cadastrais do imóvel ou, no caso de demolição, dará baixa na edificação ou parte da edificação demolida.

Art. 11. Os processos de regularização em andamento na Prefeitura, na data da publicação desta Lei, serão analisados segundo os parâmetros por ela estabelecidos, desde que requerida pelo responsável técnico.

Art. 12. Constatada, a qualquer tempo, divergência nas informações apresentadas, o interessado será notificado, sob pena de ser tornada nula a regularização da edificação e aplicada às sanções cabíveis.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, através de seu departamento competente, emitirá as guias de pagamento referente às taxas de análise e aprovação da Regularização da Edificação, de Vistoria de Habite-se, e se for o caso, de análise e aprovação de Desdobro e/ou Desmembramento; as quais deverão ser apresentadas no ato do protocolo do pedido com seus respectivos recolhimentos.

Parágrafo Único. O valor apurado referente às taxas de análise e aprovação da Regularização da Edificação poderá



ser parcelado em até 06 (seis) vezes, com parcela mínima de R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 14. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, através de seu departamento competente, somente emitirá a aprovação final da regularização (Habite-se), condicionada a apresentação de recibo de pagamento da guia de recolhimento do imposto devido referente à mão de obra utilizada para sua execução (ISSQN-MDO), e emitida pelo setor competente.

§1º O valor apurado de ISSQN-MDO poderá ser parcelado em até 10 (dez) vezes, com parcela mínima de R\$ 100,00 (cem reais);

§2º O não pagamento de uma ou mais parcelas acarretará em incidência de multa, juros e outras sanções já prevista em lei.

§3º As regularizações de edificações com metragem total de até 70,00 m² (setenta metros quadrados) serão isentas do ISSQN-MDO.

Art. 15. O prazo para apresentação dos documentos e recolhimentos correspondentes, necessários à regularização de que trata esta Lei, será de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 16. Ficam estabelecidos as “Taxa de Regularização” que serão cobradas para a regularização das edificações, desdobros e desmembramentos, previstos nesta Lei de acordo com o Anexo I, desta.

Parágrafo Único. Além dos valores cobrados com base no Anexo I, as demais tarifas para prestação dos serviços municipais serão de acordo com as normas vigentes.

Art. 17. Decorrido o prazo para pagamento das “Taxa de Regularização”, as taxas que estiverem pendentes serão lançadas em Dívida Ativa, e poderão ser protestados e/ou cobrados judicialmente.

Art. 18. O Poder Executivo estabelecerá, por decreto, normas complementares que forem necessárias para a execução desta Lei.

Art. 19. As despesas decorrentes da aplicação e execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e tem validade por 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, por uma única vez, mediante decreto, revogando-se as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ROSE REGINA NOVAES MINGOTTI
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo

ANEXO I

TAXA DE REGULARIZAÇÃO

PARA EDIFICAÇÕES	VALOR POR M²
Até 70,00 m²	0,6 VRMJ
70,01 m² a 250,00 m²	1,6 VRMJ
Acima de 250,01 m²	2,1 VRMJ

PARA DESDOBRAMENTO	E/OU VALOR POR M²
ÁREA TOTAL DO LOTE	0,50 VRMJ

(ANEXO II)

REQUERIMENTO

Dados Proprietário (a):

Nome: _____
Endereço/domicílio: _____
Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____
Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Solicitação ou finalidade do requerimento

Descrição: Preencher com mesmo assunto do projeto
Endereço da Obra: _____
Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____
Nº do contribuinte: _____
Vem, mui respeitosamente, requerer o deferimento do assunto acima descrito no imóvel de sua propriedade.

Jarinu, ____ de ____ de ____.

Proprietário _____
CPF ou CNPJ: _____
RG: _____

**(ANEXO III)****LAUDO TÉCNICO**

(NOME DO PROFISSIONAL), título do profissional – CREA ou CAU, responsável técnica pelo PROJETO DE _____, para imóvel localizado a _____, Jarinu, São Paulo, de propriedade do Sr.(a) _____, vem apresentar o **LAUDO TÉCNICO**, nos moldes da RESOLUÇÃO nº 229 DE 27 DE JUNHO DE 1.975 DO CONSELHO FEDERAL DA ENGENHARIA E AGRONOMIA.

Atesto que, após vistoria minuciosa da edificação em questão constatou que, aparentemente a mesma está em condições técnicas para o seu aproveitamento.

Atesto ainda, que a edificação está em bom estado de conservação e habitabilidade, **NÃO APRESENTANDO** patologias estruturais, infiltração, mofo, fissuras ou trincas em suas paredes e lajes.

Atesto também, que o imóvel descrito no laudo não está localizado em área de risco, em área de proteção ambiental, várzea ou áreas de preservação permanente (APP) e nem é objeto de parcelamento irregular.

Atesto mais, que a captação de Água Pluvial não está interligada na Rede de Esgoto da Residência, ou vice e versa.

Atesto finalmente, que (caso seja necessário)

Jarinu, ____ de ____ de ____.

Resp. Técnico pelo: **PROJETO DE REGULARIZAÇÃO**

NOME DO PROFISSIONAL
Título do Profissional
CREA ou CAU
ART ou RRT nº

*ANEXAR RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA OBRA A REGULARIZAR.

(ANEXO IV)**MEMORIAL DESCRITIVO**

Obra: **REGULARIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR (CONF. LEI COMPL. Nº _____ / _____)**

Proprietária: **PREFEITURA DE JARINU**

Endereço: **DESCREVER CONF. NO PROJETO**

Contribuinte nº xxxxxxxxxxxx

01. Movimento de Terra: _____
02. Tipo de Fundação: _____
03. Estrutura: _____
04. Alvenaria: _____
05. Cobertura: _____
06. Revestimentos Paredes: _____
07. Portas e Janelas: _____
08. Pisos: _____
09. Forro: _____
10. Instalações Elétricas: _____
11. Instalações Hidráulicas: _____
12. Água Pluvial: _____
13. Calhas e condutores: _____
14. Caixa de Esgoto: _____
15. Hidrômetro: _____
16. Outros (especificar): _____

Jarinu, ____ de ____ de ____.

Proprietário:
Nome
CNPJ/CPF

Resp. Técnico pelo: **PROJETO DE REGULARIZAÇÃO**

NOME
Título do Profissional – CREA ou CAU nº _____
Inscrição Municipal nº
ART e/ou RRT nº: xxxxxxxx

(ANEXO V)**DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA**

Assunto: **ASSUNTO CONFORME PROJETO**

Proprietária: **NOME DO PROPRIETÁRIO**

Endereço: **RUA XXXX – LOTE – QUADRA (Matrícula nº do C.R.I. de Atibaia) – BAIRRO – JARINU/SP.**

Contribuinte nº xxx

SITUAÇÃO ATUAL

LOTE "01"

Tem início a descrição deste perímetro no ponto "A" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com a Rua — com azimute XXXXX por uma distância de — metros, até o ponto "B" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote X com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "C" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote 2X com azimute XXXXX por uma distância de — metros, até o ponto "D" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote 3X com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "A" onde teve início essa descrição. Abrange esse perímetro uma área de XXXX metros quadrados.

SITUAÇÃO PRETENDIDA

LOTE "01/A":

Tem início a descrição deste perímetro no ponto "A" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com a Rua — com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "B1" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote 01/B com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "C1" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote 2X com azimute XXXXX por uma distância de — metros, até o ponto "D" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote 3X com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "A" onde teve início essa descrição. Abrange esse perímetro uma área de XXXX metros quadrados.

LOTE "01/B":

Tem início a descrição deste perímetro no ponto "B1" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com a Rua — com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "B" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote X com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "C" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote 2X com azimute XXXXX por uma distância de — metros, até o ponto "C1" sob as coordenadas N — e E —, deste segue em linha reta confrontando com o Lote 01/A com azimute XXXX por uma distância de — metros, até o ponto "B1" onde teve início essa descrição. Abrange esse perímetro uma área de XXXX metros quadrados.

Jarinu, ____ de ____ de ____.

Resp. Técnico pelo: **PROJETO DE DESDOBRIO**

NOME
Título do Profissional – CREA ou CAU nº _____
Inscrição Municipal nº
ART ou TRT ou RRT nº: xxxxxxxx

(ANEXO VI)**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA**

_____, Título do Profissional Civil, CREA ou CAU, responsável técnico pelo projeto de _____, localizada à _____, Jarinu/SP, proprietário _____, declara nos termos da Lei Complementar nº 207, de 22 de setembro de 2021, que **assume inteira responsabilidade pela observância** das disposições estabelecidas na referida Lei Complementar, bem como pelas demais disposições da Legislação Municipal, Estadual e Federal e das Normas técnicas aplicáveis.

Jarinu, ____ de ____ de ____.

Resp. Técnico pelo: **PROJETO DE REGULARIZAÇÃO**

NOME DO PROFISSIONAL
Título do Profissional
CREA ou CAU
ART ou RRT nº



Jarinu, 06 de novembro de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Jarinu, através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 088/2025 - Edital Retificado nº 098/2025 – Processo nº 231/2025 do tipo menor preço por lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES TIPO ALMÔNDegas, CARNE MOÍDA E OVOS PARA A MERENDA ESCOLAR, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL, Conforme determinação do TCE/SP. A nova data de abertura será divulgada oportunamente. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações de segunda a sexta das 09:00 às 16:00, no site www.jarinu.sp.gov.br ou telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 07 de novembro de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

EDITAL Nº 087/2025 - PROCESSO Nº 185/2025 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JARINU, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 079/2025, do tipo menor preço por lote, o objeto às empresas: H. Souza Gonçalves Comercial Ltda, lotes 01, 03, 08; Jc Araujo Comercial Ltda-Me, lotes 02, 04, 05, 06 e 07. Autorizando a lavratura das respectivas Atas de Registro de Preços.

Jarinu, 07 de novembro de 2025.

Cristiane Aparecida Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

ADMINISTRAÇÃO | Portarias

PORTARIA Nº 13.876, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2025.

“REVOGA A PORTARIA Nº 11.529 DE 02/12/2021 que concedeu a função de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE FARMÁCIA a Servidora Municipal ABGAIL LUISA LADINI

TAFARELO.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - REVOGAR A PORTARIA Nº 11.529 DE 02/12/2021, que concedeu a Sra. ABGAIL LUISA LADINI TAFARELO portadora da Cédula de Identidade RG. 24.331.469-3-SSP/SP, CPF. 137.910.158-18 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 006651 Série 0087/SP, a função de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE FARMÁCIA.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 01 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.877, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2025.

“REVOGA a Portaria 13.789 de 11/04/2024 e DESIGNA o Sr. ORLANDO LOPES DE CAMARGO NETO para exercer a função de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE FARMÁCIA na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - REVOGAR a Portaria 13.789 de 11/04/2024 e DESIGNAR o Sr. ORLANDO LOPES DE CAMARGO NETO, portador da Cédula de Identidade RG. 55.701.815-8-SSP/SP, CPF. 443.934.928-54 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 036585 Série 389-SP, para exercer a função de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE FARMÁCIA na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 01 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do



Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.878, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2025.

“DESIGNA o Sr. JOSE EDUARDO TOGNONI para exercer a função de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA na SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE e LAZER.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - DESIGNAR o Sr. JOSE EDUARDO TOGNONI, portador da Cédula de Identidade RG. 19.416.263-1-SSP/SP, CPF. 120.649.688-65 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 087563 Série 275-SP, para exercer a função de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA na SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE e LAZER.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.879, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2025.

“EXONERA POR APOSENTADORIA o Sr. SEVERINO ANTONIO DE SOUZA do emprego público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA o Sr. SEVERINO ANTONIO DE SOUZA, portadora da Cédula de Identidade RG. 53.806.831-0-SSP/SP, CPF. 266.266.594-72 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 094320 Série 641-PE, do emprego público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019 bem como o estabelecido no Artigo 37, parágrafo 14 da Constituição Federal.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.880, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2025.

“REVOGA A PORTARIA Nº 12.868 DE 16/05/2024 que concedeu a Função Gratificada de GESTOR DE UNIDADE DE SAÚDE a servidora municipal Sra. CRISTIANE DE MORAES.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - REVOGAR A PORTARIA Nº 12.868 DE 16/05/2024, que concedeu a Sra. CRISTIANE DE MORAES, portadora da Cédula de Identidade RG. 32.268.467-5-SSP/SP, CPF. 291.044.628-07 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 11491 Série 251-SP, a função gratificada de GESTOR DE UNIDADE DE SAÚDE.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 01 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.881, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

“NOMEIA A SRA. LUCIANA PEREIRA JACONELY APROVADA EM 111º LUGAR NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024-EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e



inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. LUCIANA PEREIRA JACONELY, portadora da Cédula de Identidade RG. 54.539.114-3-SSP/SP, CPF. 431.041.438-97 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 04310414 Série 3897-SP, aprovada em 111º lugar no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 03 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.882 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

“NOMEIA A SRA. LETICIA MAGALHÃES GLAVINA FERREIRA APROVADO EM 25º LUGAR NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025-EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE SERVENTE.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R A Sra. LETICIA MAGALHAES GLAVINA FERREIRA portadora da Cédula de Identidade RG. 50.734.055-3-SSP/SP, CPF: 476.334.728-47 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 4763347 Série 2847-SP, aprovada em 25º lugar no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de SERVENTE, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 03 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.883, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

“NOMEIA A SRA. ELEILMA SANTOS DE OLIVEIRA APROVADA EM 112º LUGAR NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024-EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. ELEILMA SANTOS DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG. 48.331.244-7-SSP/SP, CPF. 351.500.908-67 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 02289 Série 0311-SP, aprovada em 112º lugar no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 03 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.884, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

“Concede prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da Servidora Municipal Sra. CAMILA ZANONI CANDIDO exercendo os Empregos Públicos de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - C O N C E D E R a Sra. CAMILA ZANONI CANDIDO, portadora da Cédula de Identidade RG. 48.290.386-7-SSP/SP, CPF. 436.206.348-07 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 038112 Série 0389-SP dos Empregos Públicos de PAUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, a prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da servidora no período de 03/11/2025 a 01/01/2026, devendo retornar ao trabalho imediatamente após o término do afastamento concedido.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 03 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.885, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

“EXONERA a Sra. DANIELE RODRIGUES MATTOS do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - E X O N E R A a Sra. DANIELE RODRIGUES MATTOS, portadora da Cédula de Identidade RG. 32.171.955-4-SSP/SP, CPF. 287.447.298-04 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 30153 Série 0251-SP, do cargo em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 03 de novembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO | Convocações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 453/2025, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 - EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 095/2025.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I	18	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
VANILDA GONÇALVES OLIVEIRA	04º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 04 de Novembro de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 454/2025, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 - EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 095/2025.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I	18	30 HORAS SEMANAIS



CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
BRUNO MANOEL DA SILVA	05º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 07 de Novembro de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 455/2025, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 073/2024.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	09	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
VITORIA CAROLINE DE ANDRADE MATOS	114º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração

Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 07 de Novembro de 2025.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU / SP - EXTRATO DE CONTRATO

Processo: nº 26/2025

Contratante: Câmara Municipal de Jarinu, CNPJ 01.569.688/0001-98, Rua Antônio de Aguiar Peçanha, nº 200, Jardim da Saúde, CEP 13240-186, Jarinu/SP.

Representante: Presidente Vereador Rogério Pereira de Souza.

Contratada: KSA Comunicação Visual - CNPJ 53.284.719/0001-68

Objeto: Compra de Materiais Gráficos para Câmara Municipal.

Fundamentação legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

Valor Global: R\$ 18.396,00 (dezoito mil trezentos e noventa e seis mil reais)

Dotação/Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 7 - Reserva de Dotação 04/2025

Data do empenho: 12 de fevereiro de 2025.

Câmara Municipal de Jarinu / SP, 06 de novembro de 2025.

Rogério Pereira de Souza
Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU / SP - EXTRATO DE CONTRATO**

Processo: nº 32/2025

Contratante: Câmara Municipal de Jarinu, CNPJ 01.569.688/0001-98, Rua Antônio de Aguiar Peçanha, nº 200, Jardim da Saúde, CEP 13240-186, Jarinu/SP.

Representante: Presidente Vereador Rogério Pereira de Souza.

Contratada: FACAMI DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS E CIA. LTDA- CNPJ 09.477.402/0001-56.

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, descartáveis e materiais de limpeza para atender a demanda da Câmara Municipal.

Fundamentação legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

Valor Global: R\$ 4.194,97 (quatro mil cento e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos)

Dotação/Despesa: 01122 0001 2 001 339030220000 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE

Data do empenho: 09 de abril de 2025.

Prazo de execução: Entrega imediata

Câmara Municipal de Jarinu / SP, 06 de novembro de 2025.

Rogério Pereira de Souza
Presidente

14.133/2021 (dispensa de licitação por valor).

Valor Global: R\$ 59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais), incluídos todos os encargos.

Dotação/Despesa: Ficha 3574 – Natureza 3.3.90.35.00.00.00 – Serviços de Consultoria.

Prazo de execução: até 4 (quatro) meses da assinatura do contrato, conforme cronograma do Termo de Referência.

Data da assinatura do contrato: 05 de novembro de 2025.

Câmara Municipal de Jarinu / SP, 06 de novembro de 2025.

Rogério Pereira de Souza
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU / SP - EXTRATO DE CONTRATO

Processo: nº 140/2025 – Contrato nº 01/2025

Contratante: Câmara Municipal de Jarinu, CNPJ 01.569.688/0001-98, Rua Antônio de Aguiar Peçanha, nº 200, Jardim da Saúde, CEP 13240-186, Jarinu/SP.

Representante: Presidente Vereador Rogério Pereira de Souza.

Contratada: DANIEL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, CNPJ 54.552.224/0001-35, sede na Rua Vereador José Luporini, nº 44, Jardim Morumbi, Ribeirão Bonito/SP, CEP 13580-182; representante: Danilo Elias, RG 45.649.334-7, CPF 353.922.548-02.

Objeto: Prestação de serviços técnicos de revisão e implementação de melhorias nas legislações e normas locais que disciplinam a estrutura administrativa da Câmara e o plano de carreira e vencimentos dos servidores, conforme Termo de Referência integrante do contrato.

Fundamentação legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº